Cadernos Camilliani
V. 18 n.4, 2021

O HOMESCHOOLING NO BRASIL: UMA ALTERNATIVA PARA A GARANTIA DA QUALIDADE E DO DIREITO À EDUCAÇÃO

HOMESCHOOLING IN BRAZIL: AN ALTERNATIVE TO GUARANTEE QUALITY AND THE RIGHT TO EDUCATION

Antônio Carlos de Souza Gomes[1], Diego Buffolo Portinho[2]

Resumo

O estudo tem como objetivo fomentar a discussão sobre a educação domiciliar, "o homeschooling" no cenário educacional brasileiro. O trabalho apresenta dados de pesquisas e análises bibliográficas com o intuito de elucidar alguns apontamentos sobre esse movimento crescente no Brasil, que ganha ainda mais evidencia nesse cenário de pandemia global. Com base nos levantamentos de dados realizados, a partir de diferentes literaturas especializadas da área, fundamentadas nos pressupostos de Andrade (2014), Bonardi (2018) e Rothbard (2013), é possível destacar que a educação domiciliar é uma forma válida de preservar e exercer o direito à educação, dando maior autonomia para os indivíduos e garantindo um cenário mais rico de liberdade de ensino. Analisa-se que a educação domiciliar, se legalizada, pode ser melhor desenvolvida, avaliada e acompanhada. Através da análise dos dados da pesquisa, foi possível inferir que os indivíduos educados em casa, apresentaram um desempenho igual ou superior àqueles que estudaram em escolas tradicionais. Esse desempenho se caracteriza no âmbito social, revelado pelo engajamento de indivíduos em comunidades, atividades políticas e em grupos sociais diversos. No contexto acadêmico, boa parte dos educados em casa eram estudantes em tempo integral, tendo alcançado o ensino superior e com grande inserção no mundo do trabalho, atuando nos mais diversos ramos profissionais. Nesse sentido, a admissão da educação domiciliar, se legalizada, poderia figurar como uma importante alternativa na garantia do direito à educação.
Palavras-Chave: Educação domiciliar; Homeschooling; Direito a educação.

Abstract

The study aims to encourage the discussion about home education, "homeschooling" in the Brazilian educational scenario. The work presents research data and bibliographic analyzes in order to elucidate some notes about this growing movement in Brazil, which is even more evident in this scenario of global pandemic. Based on the data surveys carried out, from different specialized literature in the area, based on the assumptions of Andrade (2014), Bonardi (2018) and Rothbard (2013), it is possible to highlight that home education is a valid way of preserving and exercise the right to education, giving individuals greater autonomy and guaranteeing a richer scenario of educational freedom. It is analyzed that home education, if legalized, can be better developed, evaluated and monitored. Through the analysis of the research data, it was possible to infer that individuals educated at home, presented a performance equal or superior to those who studied in traditional schools. This performance is characterized in the social

[1] Graduando do Curso de Pedagogia do Centro Universitário São Camilo-ES – tonny.scgomes@gmail.com.

[2] Professor orientador. Mestre em Ensino, Educação Básica e Formação de Professores pela Universidade Federal do Espírito Santo. Centro Universitário São Camilo-ES – diegoportinho@saocamilo-es.br.

sphere, revealed by the engagement of individuals in communities, political activities and in different social groups. In the academic context, a good part of those educated at home were full-time students, having reached higher education and with a great insertion in the world of work, working in the most diverse professional fields. In this sense, the admission of home education, if legalized, could appear as an important alternative in guaranteeing the right to education.
Keywords: Home education; Homeschooling; Right to education.

1. Introdução

O estudo propõe uma discussão sobre o homeschooling no cenário educacional brasileiro e sua legitimação, trazendo reflexões acerca da legitimidade do direito da família em decidir o que, como e onde seu filho irá estudar.

A educação domiciliar é um assunto recorrente no Brasil desde 1994. Até 2019, já foram apresentados oito projetos de lei e uma proposta de emenda constitucional. No ano de 2018, em julgamento, o Supremo Tribunal Federal (STF), declarou a compatibilidade da educação domiciliar com a Constituição Federal, porém a matéria carece de regulamentação. (ANED, 2020)

É importante destacar que a discussão em tese não se propõe a justificar a educação domiciliar como forma obrigatória e compulsória a nenhuma família ou em substituição do acesso sistema regular de ensino. Ao contrário, apresenta-se como uma alternativa possível e legítima, sem descredibilizar ou suprimir.

A educação domiciliar, entendida como “homeschooling” torna-se cada vez mais uma alternativa em construção, ainda mais em um cenário de educação atravessada por uma pandemia global. Por todo o exposto, o trabalho busca contribuir para um olhar sensível e de possibilidades, capaz de reconhecer nessa proposta também uma importante alternativa na garantia do direito à educação.

2. Metodologia

Metodologicamente, o estudo se fundamenta na perspectiva de uma pesquisa bibliográfica. Segundo Oliveira cita em seu trabalho, a pesquisa bibliográfica se caracteriza pela, consideração de fontes de coleta de dados secundária, que podem ser definicas como: contribuições culturais ou científicas

realizadas no passado sobre um determinado assunto, tema ou problema que possa ser estudado. (Oliveira, 2011, p.41)

Nesse sentido, a fim de aprofundar nossos estudos sobre o tema em investigação, com base na literatura científica nacional e internacional, recorremos a uma diversidade de fontes consultadas, com destaque para livros acadêmicos, artigos científicos, documentos, monografias, teses e teses, indexados em bases de dados disponíveis na rede mundial de computadores. Os descritores majoritariamente utilizados nas pesquisas foram educação domiciliar, homeschooling e direito a educação.

Os dados foram discutidos e analisados à luz de alguns dos pressupostos teóricos de autores Andrade (2014), Bonardi (2018) e Rothbard (2013), entre outros autores e pesquisadores referenciados ao longo do estudo que abordam a educação domiciliar ou “homeschooling”.

3. Discussão

Homeschooling, um conceito em discussão

Homeschooling é o termo em inglês, para educação domiciliar. De acordo com Andrade (2014, p. 19), o termo é utilizado nos Estados Unidos da América para identificar uma modalidade de ensino, neste modo de ensino, os pais preferem retirar os seus filhos da escola e oferecer uma educação em casa. Desta forma, se responsabilizam por todo o ensino dos filhos, sendo os garantidores tanto quanto dos valores, quanto a conteúdos acadêmicos. Os motivos que levam os pais a retirar seus filhos da escola são os mais diversos possíveis, desde motivos religiosos a insatisfação com o sistema de ensino vigente.

> Os diversos estudos que foram conduzidos com o fito de identificar os motivos pelos quais as famílias optam por educar os filhos em casa apresentam resultados distintos, em virtude da falta de uniformidade nas metodologias adotadas. Barbosa cita a pesquisa apresentada por Bielick, Chandler e Broughman, em 2001, que elencou como motivos para adesão ao homeschooling dar à criança melhor ensino em casa (49%), razões religiosas (38%), ambiente escolar pobre (26%), razões familiares (17%), para desenvolver caráter/moralidade (15%), objeção ao que a escola ensina (12%), escolas não desafiam as crianças (12%), outros problemas com as escolas disponíveis (12%), problemas de comportamento dos estudantes nas escolas (9%), criança com alguma deficiência/necessidade especial (8%) (ALEXANDRE, 2016, p.3).

Cadernos Camilliani

Ainda sobre essa modalidade de ensino, não há um padrão a ser seguido. Cada família atenta para as suas necessidades, especificidades e peculiaridades, estruturando sua proposta de estudos, com os conteúdos e competências, compreendidas como a melhor para o seu filho. É importante salientar, que a educação domiciliar não é uma "escola em casa", logo, o ensino não se limita às paredes do lar e os pais não são os únicos que ensinam. Tendo em vista, que as crianças aprendem em passeios, viagens, tendo contato com pessoas que exercem uma determinada profissão, dentre outros, como falado por (DUMAS, GATES; SCHWARZER, 2008) e citado e traduzido por Silva, Batista; Andrade; Lima; Pereira (2015), em seu trabalho:

> Um dos principais benefícios do homeschooling é a habilidade de adaptar a educação de acordo com as necessidades de cada estudante possibilidade de trabalhar com a criança de forma mais individualizada. A maioria das escolas tem um professor para um grupo de alunos, o que não permite que as necessidades educacionais de cada criança sejam realmente conhecidas. Mas famílias que educam em casa usam uma grande variedade de diferentes para alcançar o fim que desejam. Muitas famílias usam uma forma de abordagem que segue muito o estilo, escopo, sequência e materiais utilizados nas instituições de ensino tradicionais. Outras famílias escolhem abordagens padronizadas de modelos da educação clássica, incorporando lógica, latim e o desenvolvimento do pensamento crítico. Algumas famílias usam um modelo mais holístico de aprendizado, que integre arte e natureza dentro do currículo. Outros unem o trabalho de educar de forma que atendam as especificidades de cada criança e os problemas de aprendizado ou até mesmo o estilo que se encaixe melhor no perfil da criança, assim como a dificuldades com os materiais escolares, da forma como são apresentados nas "escolas tradicionais". A maioria utiliza uma variedade de abordagens, testando diferentes materiais, métodos e escolhendo o que melhor se adaptar a criança. Porque o homeschooling fornece aos pais a habilidade de customizar um meio de aprendizado para cada criança. (SILVA; BATISTA; ANDRADE; LIMA; PEREIRA, 2015, p.11).

Para educar os pais podem ensinar seus próprios filhos, contratar tutores, matricular em cursos específicos dentre outros. Como destacado anteriormente, não há um padrão a ser seguido, cada família pode inovar e se adaptar às suas necessidades. O enfoque do homescholing, não é necessariamente os pais ensinarem os conteúdos aos filhos, mas sim, que eles são os que iram garantir e nortear esse processo de ensino.

Em uma determinada família “A” os pais podem se considerar aptos e fornecer a educação, e eles mesmo serão os tutores, em uma família “B” os pais preferem contratar tutores, em uma família “C” os pais podem mesclar o ensino ora eles, ora tutores contratados. Há várias possibilidades para forma de ministrar o ensino, e foco não está na forma da ministração do conteúdo, mas sim na garantia do conteúdo e da aprendizagem do mesmo. A forma que o ensino irá tomar dependerá de qual modelo de currículo e métodos a família irá desejar adotar.

Mas é importante destacar, que o tema proposto a ser debatido aqui é o homeschooling e não o unschooling, embora possuam uma fonética parecida suas definições e métodos são bem diferentes. Como dito antes, o homeschooling é um modo de ensino onde os pais assumem a responsabilidade do estudo dos seus filhos, podendo seguir, formas curriculares diferentes para chegar a seu determinado objetivo que é a educação de seu filho.

O homescholing não se trata de um movimento separatista com a escola, ele é apenas uma alternativa de ensino. Já o unschooling, ''é uma forma de educar dentro ou fora de casa, propondo novas maneiras de educar rompendo com os modelos do sistema regular de ensino'' (BONARDI, 2018, p.19), ou seja, ele não necessariamente segue um método, trabalha com tutores ou currículos diferentes, nessa modalidade as crianças possuem maior autonomia, estudam apenas aquilo que for de seu interesse e quando assim desejarem.

Portanto, unschooling e homescholing têm propostas bem diferentes, pois embora ambos sejam formas de educar fora da escola propriamente dita, o homescholing se utiliza de métodos, material de apoio, currículos que irão nortear o aprendizado e os pais são aqueles responsáveis por estabelecer o que os filhos devem estudar e quando esse estudo irá acontecer. Nesse contexto, os pais assumem o compromisso de ser os principais mediadores da educação de seus filhos.

Logo, o homescholing se estrutura a partir de diversos artifícios para tornar a educação de seu filho algo mais personalizado, pois ele dá grande liberdade na hora de fornecer o ensino, os pais podem tanto contratar um professor particular como eles mesmo podem ensinar, matricular os filhos em um curso, realizar passeios, trabalhar em conjunto, com outras famílias e

Cadernos Camilliani

instituições, ou seja, a forma de ensinar é ampla, mas há padrões e um controle sendo feito sobre essa forma de ensinar e os pais ou responsáveis legais são aqueles que iram garantir isso.

Homeschooling, Socialização e Desempenho

Há duas grandes questões que se perpetuam em torno da educação domiciliar, de que os pais não seriam capazes de ensinar seus filhos e que as crianças ensinadas em casa teriam problemas para se socializar e competir no mercado de trabalho. Esta é uma preocupação totalmente válida por todos aqueles que se propõem a ter um compromisso com a educação. Mas o que seria ter problemas na socialização? Não saber se comportar, interagir? Viver excluído socialmente? Andrade (2014, p.51), cita duas categorias de definições sobre socialização em seu trabalho que valem ser transcritas, observe:

> Aprendizagem de como interagir efetivamente em grupo e na sociedade, mas ampla, entendendo suas regras de comportamento e costumes sociais. Este aspecto refere-se ao aprendizado quanto à convivência social no contexto de uma sociedade aberta, democrática.
>
> Envolve a navegação em uma gama de influências sócias - pais, colegas, comunidades locais, sociedade em seu sentindo mais amplo - na formação de valores pessoais, crenças e compromissos. Refere-se à formação da personalidade individual, autônoma, proporcionando-se à criança à capacidade de formar, por si mesma, juízos de valor.

A primeira definição se refere a interação social além do convivo do lar e da família, se o indivíduo consegue interagir em outras esferas e grupos sociais, a segunda categoria refere-se a valores e atuação do indivíduo na sociedade, como por exemplo, crenças, ideais, envolvimento político. Referente a isto, os alunos educados em casa conseguem obter um bom resultado? Ou apresentam alguma defasagem? Observemos os resultados de algumas pesquisas.

De acordo com um estudo feito pela Doutora, Deani A. Neven Van Pelt, juntamente com a Mestra em Educação, Patricia A. Allison, e o Doutor, Derek J. Allison em 2009 pelo instituto Canadian Centre for Home Education, chamado de “Fifteen Years Later: Home-Educated Canadian Adults” (Quinze Anos Depois: Adultos Canadenses Educados em Casa) mostra que as crianças que tiveram

uma educação domiciliar apresentam um ótimo desenvolvimento social. (PELT, ALLISON, ALLISON, 2009, tradução nossa.)

A pesquisa compara alunos que tiveram uma educação domiciliar e alunos que estudaram em escolas públicas em uma faixa etária de idade de 15-34 anos. A pesquisa foi direcionada a adultos e jovens que anteriormente eram educados em casa em um primeiro estudo realizado nos Estados Unidos (RAY, 2003). Os alunos foram contatados e então entrevistados. Os jovens e adultos que tiveram uma educação em casa obtiveram um resultado acadêmico e social igual ou melhor, em comparação a outros alunos na mesma faixa etária.

Observando o desempenho acadêmico, podemos inferir que os alunos educados em casa obtiveram um desempenho satisfatório, com maior número de ingressantes no ensino superior alcançando o bacharelado até a pós-graduação. Já em relação ao desempenho social, até mesmo suas ocupações eram envolviam um cunho social e de interação. De acordo com o estudo, os adultos educados em casa eram mais propensos a se envolverem no setor de saúde ou em ocupações de apoio social, sendo mais provável encontrá-los em ocupações de ofícios ou artes de espetáculo do que a maior parte da população em geral.

Além disso, os jovens e adultos educados em casa apresentaram um bom desenvolvimento e convívio social, não apresentando dificuldades para manter ou participar de atividades coletivas, pelo contrário, eram mais participativos. 69% participavam de atividades organizadas pelo menos uma vez por semana em comparação a 48% dos que estudaram em escola pública. Eles eram mais ativos em grupos culturais, grupos de educação, partidos políticos e eram menos propensos a atividades em sindicatos ou associações profissionais.

De acordo com a primeira pesquisa realizada nos Estados Unidos da América, pelo Dr. Brian Ray, do NHERI (National Home Education Research Institute) que entrevistou mais de 7.300 alunos, mais de 74% dos adultos que estudaram em casa, realizaram algum curso de nível universitário, em comparação a 46% dos que estudaram na escola normal. (RAY, 2003, tradução nossa).

A pesquisa ainda evidencia que os sujeitos da educação domiciliar são mais ativos e envolvidos em suas comunidades (cerca de 71% em comparação

Cadernos Camilliani

aqueles que tiveram uma educação regular nas escolas). Ainda de acordo com a pesquisa, 88% dos alunos que efetuaram a educação domiciliar eram membros de alguma organização como grupo comunitário, igreja ou sinagoga, grupo de educação domiciliar ou organização profissional, em comparação a 50% dos demais americanos.

Eles também apresentavam maior engajamento político. Apenas 4,2% deles consideraram política algo muito complexo de se entender e envolver, em comparação a 35% dos demais americanos. A pesquisa também revelou que é possível encontrar alunos de educação domiciliar nas mais diversas áreas profissionais, desde professores e militares a técnicos de programação e operadores de máquinas.

Ao analisarmos essas pesquisas, podemos observar que os jovens obtiveram resultados equivalente ou superior em relação os que estudaram em escolas convencionais.

Isso nos ajuda a entender melhor alguns dos mitos sobre o homeschooling, dentre eles o de que a socialização não acontece somente dentro da escola. Homeschooling não é sinônimo de manter uma criança privada, aprendendo somente dentro de casa. Muito pelo contrário, é uma modalidade de ensino que possibilita maior liberdade de realizar diferentes abordagens de ensino promovendo diversas formas de aprendizagem e interação social.

Homeschooling: a quem se destina?

Algumas perguntas sempre surgem quando se trata de educação domiciliar, principalmente questões no quesito financeiro. Somente famílias ricas podem fazer educação domiciliar? Famílias mais pobres também teriam condições? As pesquisas aqui discutidas evidenciam o contexto de países em que a educação domiciliar já é uma realidade consolidada, em contraposição ao Brasil, em que a matéria carece de regulamentação e entendimento de boa parte da população.

O Brasil é um país emergente, embora nosso Produto Interno Bruto (PIB) seja comparável com um país como o Canadá, por exemplo, que de acordo com dados do Banco Mundial, teve um PIB de 1,716 trilhão USD (2018). Em

comparação, o Brasil teve um PIB de 1,885 trilhão USD (2018). (WORD BANK, 2020)

Mesmo com um PIB relativamente parecido, nossas realidades são muito diferentes. Entretanto, o quanto uma família pode querer investir na educação domiciliar dependerá de diversos fatores que podem influenciar na formação e construção do currículo escolar do aluno. Fica evidente que as famílias que tiverem melhores condições financeiras poderão oferecer melhores recursos, porém, não é certo delimitar quem pode adotar uma educação domiciliar somente por questões financeiras.

A educação domiciliar é uma prática de liberdade, um estilo de vida. Adotar a educação domiciliar como alternativa de ensino, não implica em apenas possuir recursos financeiros, mas principalmente uma tomada de decisão consciente e de responsabilidade.

Se uma família pondera e se considera qualificada para tal prática, ela não deveria ser impedida por seus recursos financeiros. Deve-se, no entanto, avaliar se consegue oferecer uma educação adequada, pois uma família pode possuir recursos financeiros relativamente baixos ou medianos, porém consegue garantir uma educação que se propôs a oferecer.

Em seus estudos, Silva, Batista; Andrade; Lima; Pereira (2015), analisam o relato de uma família que pratica educação domiciliar no Brasil. Entrando em contato com a família por e-mail, e tendo realizado a entrevista pelo Skype, foram feitas diversas perguntas sobre o cotidiano da família e como se dá o processo de ensino com os filhos em casa.

De acordo com os autores, a mãe de três filhos entrevistada, possuía uma condição financeira mediana, pertencendo a condição de classe média brasileira. Sem grandes recursos financeiros, teve sua renda familiar "comprometida" pelo fato de não trabalhar e decidiu cuidar do processo de ensino dos filhos. Para ela, essa condição não era um problema (SILVA; BATISTA; ANDRADE; LIMA; PEREIRA, 2015).

> "Essa é uma questão muito simples, é uma questão de prioridade, então, o que é mais importante para ti? É ter um sofá novo, um carro novo, fazer uma viagem de fim de ano ou ter certeza de que o teu filho está bem, que está aprendendo as coisas que ele tem que aprender naquele tempo, do jeito adequado a ele, com uma formação individualizada?! Eu não conseguiria dormir em paz,

Cadernos Camilliani

> sabendo que eu preferi coisas em lugar da formação dos meus filhos. Então este foi um acerto muito fácil entre mim e meu marido, de que nós teríamos uma vida muito modesta." (Fala da mãe entrevistada) (SILVA; BATISTA; ANDRADE; LIMA; PEREIRA, 2015, p.16).

A mãe relata que mesmo quando a filha estava na escola ela já participava do processo de alfabetização da filha mais velha de sete anos. Devido a isto, ela se desenvolveu relativamente rápido, quando a menina chegava na escola, ela passava parte de seu tempo auxiliando a professora e os demais colegas de classe, pois já dominava o conteúdo apresentado. Um dos motivos que relatado pela mãe para retirar a sua filha da escola, foi o desanimo apresentado pela menina, que se sentia pouco motivada a aprender, pois já dominava os conteúdos escolares sem grande esforço. Nesse período a família ouviu falar do homeschooling (SILVA; BATISTA; ANDRADE; LIMA; PEREIRA, 2015).

> [...] ao ouvir falar sobre o homeschooling, a mãe se interessou pelo assunto, passou a procurar materiais de pesquisa, ir atrás de pessoas que tinham certa prática na área e, dentro de pouco tempo, retirou a sua filha da escola e começou a ensinar a mais velha, então com 7 anos e o mais novo, com 2 anos de idade. Nesse processo de adaptação, ela buscou o auxílio de pedagogos e pessoas da área da educação, utilizou-se de livros didáticos brasileiros e americanos voltados para o ensino em casa (SILVA; BATISTA; ANDRADE; LIMA; PEREIRA, 2015, p.15).

No trabalho, os autores descrevem como ocorre o processo de aprendizagem das crianças relatados pela mãe:

> Em seu processo de ensino dos filhos, a mãe segue uma rotina diária de uma hora e meia de estudo para a filha mais velha e o mesmo período de tempo para o filho do meio. O terceiro, por ter apenas um ano, ainda não iniciou seu processo de educação. Nessa hora e meia, ela estuda com a mais velha, principalmente, Português, História, Matemática e Literatura. Também pretende iniciá-la no estudo de Ciências, em breve. No caso do mais novo, ela está focando principalmente na alfabetização e no ensino de matemática básica. Apesar de este ser o tempo fixo de um estudo mais "concentrado", os momentos de aprendizado vão muito além. A mais velha já faz aulas de piano e latim, aos 8 anos de idade e o mais novo, de violino. Em vários momentos, a mãe lê histórias para as crianças, focando na literatura, ao mesmo tempo em que recomenda para a filha uma série de leitura de textos literários, relata que a menina já se acostumou tanto, que muitas vezes termina mais rápido o livro indicado e já "corre" para a próxima leitura (SILVA; BATISTA; ANDRADE; LIMA; PEREIRA, 2015, p.16).

De acordo com os autores a maior parte da responsabilidade do ensino estava sobre o encargo da mãe, sendo que o pai a auxiliava após chegar do trabalho no processo de cobrança das atividades realizadas e dos resultados apresentados pelas crianças no dia.

A família relatou que pretendia continuar com todo o processo de formação de seus filhos em casa, pois se percebe capaz de educa-los. Frequentemente consegue doações de materiais, pessoas que lhes oferecem cursos e aulas de graça para a complementação dos estudos das crianças. Quanto não se consideram aptos para ensinar algo, afirmam que não apresentariam resistência em contratar professores particulares para oferecer o ensino necessário (SILVA; BATISTA; ANDRADE; LIMA; PEREIRA, 2015).

Ao observamos esse caso, vemos que embora a família não possua grandes recursos financeiros, ela se mantém no homeschooling, pois se percebe qualificada a mediar esse processo. A questão não está nos recursos em si, mas na responsabilidade da família com o processo de aprendizagem de seus filhos.

Como no Brasil, a educação domiciliar não é algo ainda regulamentado não há uma forma clara de avaliação da qualidade de ensino. Nesse sentido, podemos apenas ponderar alguns meios para a avaliação da prática.

Em países como os Estados Unidos, há empresas que trabalham exatamente no ramo de produção de materiais e currículos para educação domiciliar como a Abeka Home School e a Saxon Publishers. Como no Brasil, ainda não é algo permitido, não existem empresas especializadas nesse setor. (Lyman, 2003)

Porém, podemos identificar algumas possibilidades de normatização e avaliação das famílias que educam em casa. Um exemplo disso seria as famílias que desejam oferecer o estudo para seus filhos em casa, apresentarem os conteúdos curriculares que pretendem trabalhar ou um currículo já elaborado, além de materiais fornecidos por um grupo de empresa ou instituição especializada para o Estado.

Com base nessa proposta, o governo formularia os critérios de avaliação, baseando-se nos conteúdos e competências ensinadas pelas famílias. Nesse caso, não somente o Estado, mas até mesmo empresas privadas poderiam

Cadernos Camilliani

realizar o processo de avaliação, atestando as aprendizagens desenvolvidas que poderiam ser informadas ao Estado.

Haveria também a possibilidade dos próprios vestibulares serem considerasos como forma de avaliação, por exemplo, os conhecimentos dos alunos que estudam em casa e se preparam para uma carreira focada em determinada área do conhecimento. Nesse caso, o desempenho dos estudantes nessas áreas teria um maior peso, dentro de um parâmetro para essa avaliação.

Embora vários cenários sejam pensados, qualquer um deles só poderá ocorrer com a legalização dessa prática. Essa legalização não só poderia garantir a prática, mas também a qualidade, pois poderíamos ter um acompanhamento de várias famílias que assim desejassem participar e propor a criação de um sistema de suporte ainda mais rico, com maior variedade para a educação domiciliar, possibilitando a criação de empresas, Organizações Não Governamentais (ONGs), e até a atuação do próprio Estado na oferta de material de apoio.

Homeschooling, não apenas uma forma de ensinar

Para algumas pessoas, o homeschooling não se trata apenas de uma forma alternativa de ensinar e de garantir o direito de educação dos filhos, mas também se trata de uma forma de defesa. Embora, hoje tenhamos grande liberdade de expressão e de ideias, nem sempre foi assim. Durante a ditadura militar, o Brasil sofreu com uma diversa gama de censuras, desde o meio artístico, até o meio jornalístico.

De acordo com Alves (2010), a Era Vargas tinha como política de Estado um governo forte e um grande líder político no poder. Nesse período, o governo distribuiu cartilhas escolares reforçando as ideias do governo vigente o mostrando a qualidade do seu líder e nação. Tudo isso ficou em um passado não tão distante, muitas pessoas ainda veem uma possibilidade de tais práticas acontecerem ou voltarem a acontecer. Ao observarmos a própria história da própria educação gratuita e obrigatória não temos nela um início belo e voltado para os direitos individuais e garantia da educação, mas sim uma forma de controle de pensamento e interesses políticos.

De acordo com Rothbard (2013), a educação compulsória como conhecemos hoje, teve início com a reforma protestante, liderada por Martinho Lutero, contra a igreja católica. Descontente com as práticas da igreja da época, Lutero propôs suas 95 teses e um novo sistema de ensino, onde todos deveriam ler a bíblia e ter suas próprias conclusões a partir de suas interpretações das santas escrituras.

Mas para que isso ocorresse, ele via a necessidade de uma educação gratuita, que ensinasse o povo a ler, a escrever, interpretar a bíblia e que se abrangesse uma grande massa. Logo, Lutero começou a solicitar vorazmente que as comunidades estabelecessem escolas gratuitas e de frequências obrigatória, chegando a enviar uma carta aos comandantes alemães da época, argumentando a favor da escolaridade compulsória.

> Caros governantes... afirmo que as autoridades civis têm a obrigação de compelir o povo a enviar seus filhos para a escola... Se o governo pode compelir alguns cidadãos que estejam aptos ao serviço militar para empunhar lanças e espingardas, para erguer defesas, e para executar outras tarefas marciais em tempos de guerra, têm muito mais direito de compelir o povo a enviar seus filhos para a escola, porque, neste caso, estamos em guerra contra o diabo, cujo objetivo é secretamente esvair nossas cidades e principados de seus homens fortes (ROTHBARD, 2013, p.30).

À essa altura, fica evidente o objetivo de Lutero: que todos fossem compelidos a escolaridade obrigatória para que pudessem ser ensinados e doutrinados ao seu sistema de crenças, pois ele pensava que esta poderia ser a melhor forma para que eles alcançassem a salvação.

Através de um modo de educação compulsória, podia-se obter êxito em subjugar os ensinamentos, considerados por ele errôneos ou desviantes. Analisando este fato, é notória a percepção dos perigos de uma educação nas mãos do Estado, que atua para controlar e subjugar as ideias de um povo.

As ideias de Lutero deram resultados e encontraram seguidores em diversos locais da Europa, exercendo grande influência, posteriormente também na América, através dos Puritanos, que deram grande força para o sistema de educação compulsória nos Estados Unidos.

> Como resultados das súplicas de Lutero, o estado germânico de Gota fundou a primeira escola pública moderna em 1524, e a Turíngia fez o mesmo em 1527. Lutero fundou o Plano Escolar da Saxônia, que mais tarde se tornou, em essência, o sistema de

Cadernos Camilliani

> educação estatal para a maioria dos Estados Protestantes da Alemanha. O plano foi colocado em funcionamento primeiro na Saxônia em 1528, a partir de um decreto elaborado pelo importante discípulo de Lutero, Melanchtohn, criando escolas estatais em todas as cidades e vilarejos. O primeiro sistema obrigatório estatal no mundo moderno foi estabelecido em 1559 pelo Duque Christopher, Príncipe-eleitor de Württemberg. A frequência era obrigatória, era anotada e os faltosos eram multados. Outros estados germânicos logo seguiram este exemplo (ROTHBARD, 2013, p.30).

Os pensamentos de Lutero tiveram grande aceitação principalmente na Prússia. Segundo Rothbard (2013), a ascensão da Prússia se deve ao fato da escolaridade obrigatória, onde o governo altamente despótico controlava e moldava a mentalidade de seus súditos através do ensino compulsório. Os demais Estados da Europa na época, utilizaram da educação compulsória como ferramenta para subjugar os povos por eles dominados, buscando ter uma homogeneidade de língua e cultural.

A ideia de uma educação gratuita e fornecida pelo Estado, vingou e deu frutos desembarcando em diversos países, cada um deles moldando e polindo o sistema de acordo com suas necessidades, restringindo os sistemas privados os tornando meras extensões das escolas estatais.

A intencionalidade é promover uma educação sem diferença sem desigualdade, produzindo uma cultura uniforme e unificando uma nação. O grande problema desse modelo é que são os governantes quem ditam o que será ensinado, escolhem o que lhes apraz e repudiam o que não lhes é conveniente, Segundo Herbert Spencer, citado por Rothbard (2013), a China chegou à conclusão lógica da educação compulsória:

> Lá, o governo publicou uma lista de obras que podem ser lidas; e considerando a obediência a virtude suprema, autoriza apenas aqueles que são amigáveis ao despotismo. Temendo os efeitos perturbadores da inovação, não permite que nada possa ser ensinado além do que procede de si mesmo. A fim de produzir cidadãos padronizados exerce uma disciplina rigorosa sobre todas as condutas. Existem “regras para sentar, levantar, andar, falar, e se curvar, fixadas com a maior precisão” (ROTHBARD, 2013, p.40).

Ao analisarmos a história da educação, entendendo suas origens, percebemos que o real intuito da educação compulsória não é a garantia do direito do saber, mas sim, a manutenção do poder Estatal, via controle de ideias

e coerção da população. Embora muitos que hoje defendem o direito à educação, realmente a defendam com objetivo de garantir com que todos tenham o direito do saber em pensar, não é necessariamente isso que ocorria nas escolas em tempos de outrora. A realidade é que escola e educação começaram a se tornar uma única entidade e o garantir do direito à educação começou a se tornar a garantia do direito à escola.

> Metade dos habitantes desse planeta jamais colocou os pés numa escola. Não tem contacto com professores e não usufrui do privilégio de abandonar a escola antes de completar o curso (drepout). Apesar disso, aprendem com relativa eficiência a mensagem transmitida pela escola: precisam de escola sempre e sempre mais. A escola os instrui na sua própria inferioridade, através da cobrança de impostos escolares, ou através de um demagogo que cria expectativas pela escola, ou através de seus filhos quando estes já morderam o anzol. Desse modo, os pobres são despojados de sua autoestima, pela submissão ao único credo que garante a salvação apenas pela escola. A Igreja lhes deu ao menos uma chance de arrependimento na hora da morte. A escola lhes deixa a expectativa (uma esperança vã) de que seus netos o farão. Esta expectativa refere-se, obviamente, a um maior aprendizado oriundo da escola e não de professores (ILLICH, 1985, p. 44).

A escola se tornou quase que uma nova religião, tornando-se impensável proferir palavras contra tal movimento messiânico. Todo o arcabouço que foi criado através da educação compulsória torna quase que indissociável pensar educação sem escola, isto é, fruto oriundo de uma educação déspota que tem o objetivo de alienar e não realmente ensinar, pois se o objetivo é realmente a educação, o modo e maneira de ensinar não necessariamente deveriam ser únicos e controlados por apenas um agente, tão perigoso como o Estado. Quanto maior liberdade de ensino e métodos de ensino é possível desenvolver a real criticidade e diferentes forma do saber.

A educação unificada e homogênea nas mãos do Estado pode ser uma bênção ou uma maldição, dependendo unicamente do lado em que o sujeito está e que ideias ele defende. Se as ideias estão alinhadas ao pensamento do Estado, tem-se uma educação gratuita de “qualidade”, porém se a linha de pensamento for oposta ou em desacordo, então direito à educação, ou como podemos ver, o direito a “escola”, se torna uma arma de destruição da pluralidade do pensamento, com a restrição das ideias.

Cadernos Camilliani

Um exemplo disso é o governo Prusso utilizando do mecanismo de educação para subjugar as culturas locais, unificando e criando uma língua única para nação:

> A principal ferramenta da desnacionalização e assimilação compulsórias é a educação. [...] nos territórios linguisticamente misturados isto se transforma numa arma mortal nas mãos dos governos, determinados a mudar a afiliação linguística de seus súditos. Os filantropos e pedagogos [...] que defendem a educação pública não previram a onda de ódio e ressentimento que surgiria desta instituição (ROTHBARD, 2013, p. 36.).

No Brasil, vimos claramente a educação e os veículos de comunicação usados como ferramenta política durante o governo Vargas. O objetivo era consolidar o governo em todo o território nacional, e para que tal feito ocorresse foi criada uma política de construção da identidade nacional, onde a língua portuguesa e a criação de imagens e símbolos de heróis nacionais eram utilizados para a manutenção do Estado.

> Esperamos, com isso, possibilitar um redimensionamento analítico da Escola Pública, num específico período histórico em que Estado e Sociedade elaboraram, sistemática e cuidadosamente, um novo projeto político, social e cultural, pautado na legitimação de uma ordem ditatorial e nacionalista. Novos símbolos, signos, projetos, imagens, valores e saberes foram edificados numa dimensão política e cultural e configurados sobre uma prática escolar pautada em princípios gerais de um modelo estatal cívico-nacionalista e desenvolvimentista (ALVES, 2010, p.25).

Embora muitos argumentem que essa não é uma realidade do Brasil atual e que não temos um controle ideológico na educação (o que pode ser questionável), tornar o homeschooling uma prática livre e legalizada permitiria ao povo maior liberdade na hora de aprender e ensinar, tornando-se um importante direito e forte ferramenta para a construção de novos saberes. Aqueles que não desejam matricular seus filhos na escola e tem um visão diferente do sistema, devem possuir a liberdade de educá-los de uma forma diferente, considerada mais adequada. Manter o sujeito fixado aquilo que ele repudia, rompe a linha de direito e passa a ser uma imposição.

O direito a educação deve ser exatamente isso. Um direito a educação e não o direito de matricular o indivíduo em uma escola. A escola nada mais é do

que um dos agentes que podem fornecer uma forma de educação, mas não deve ser o único agente a fornecer educação. Diferentes formas de ensino, diferentes currículos se tornam a melhor forma de garantir a real democracia, o garantir dos direitos individuais e a pluralidades de ideias.

O problema, não é a escola pela escola, mas sim apenas uma única visão de currículo, estabelecido unicamente pelo Estado, sem a possibilidade de novas abordagens e diferentes visões.

Livre e obrigatório

A crítica realizada não recai unicamente na escola como instituição válida do ensino, mas sim na obrigatoriedade e impedimento de seguir diferentes e variadas formas de ensino e propostas curriculares. No Brasil, atualmente, temos o Ministério da Educação (MEC), que regula o tempo, os materiais e as bases curriculares do ensino, dentre outras práticas. Há marcos legais e pedagógicos que servem para auxiliar e regular a educação.

Embora esses documentos sejam importantes para a escola pública e privada, a existência deles não deveria impedir qualquer terceiro de querer fazer diferente ou não os seguí-los. Cada indivíduo deveria ter a liberdade na hora de escolher o que estudar e como fazer esse estudo.

A Base Nacional Comum Curricular (BNCC) se propõe a ser uma base, porém podemos vê-la como um currículo mínimo. O problema é que esse currículo mínimo é demasiadamente extenso e tão “completo” que ao seguí-lo, pouco tempo se encontra para atribuir novas matérias ou habilidades.

> A lógica da diversidade dá lugar a uma perspectiva de uniformização e homogeneização curricular, com a prescrição de currículo mínimo centrado em habilidades e competências, permitindo maior atrelamento da BNCC às avaliações externas. Além disso, observa-se subtração da autonomia, da diversidade e da localidade em detrimento da centralização curricular, cujos planejadores da política federal assumem as definições e os mecanismos de sua implementação por meio do financiamento, da gestão centralizada, da avaliação, da formação de professores, entre outros. (AGUIAR; DOURADO, 2018, p.41).

Na tentativa de se construir uma educação igualitária, fere-se a autonomia das escolas e dos indivíduos em constituir seus processos próprios de

Cadernos Camilliani

aprendizagem. Em muitos casos, o que era para servir de currículo mínimo se transforma em um "teto", muitas vezes difícil de transpor.

Ao invés de se estabelecer uma base que surge "de cima para baixo", em um cenário governamental, melhor seria se cada escola tivesse a possibilidade de criar suas concepções pedagógicas, currículos e métodos de ensino. Desta forma, estaríamos contribuindo para a formação de um largo grupo amostral, onde cada instituição de ensino, cada empresa ou ONG, que estrutura propostas curriculares ou diferentes concepções de ensino estariam contribuindo, gerando informações que poderiam ser coletadas, comparadas, analisadas e qualificadas. Desta maneira, enriquecendo o cenário de criação curricular, tornando mais fácil a busca de métodos e formas de ensino que melhor se encaixa para cada, localidade, região e tipo de pessoa.

Cada pessoa é diferente e singular. Ao estabelecermos um conceito padrão do que todos devem aprender, estamos subjugando a diversidade em nome de um processo de igualde, que na realidade, não deveria ser orientado por uma aprendizagem padronizada ou hegemônica, mas sim por uma aprendizagem que garantisse a todos o direito de aprender.

> Cada criança possui inteligência, aptidões e interesses diferentes. Portanto, a melhor escolha do ritmo, calendário, variedade, forma e dos cursos de instrução irá diferir de uma criança para outra. Uma criança pode se ajustar melhor, em interesses e habilidades, a um curso intensivo de aritmética, três vezes por semana, seguido por um curso similar de leitura pelos próximos seis meses; outra pode exigir um curto período para diversos cursos; uma terceira pode precisar de um longo período de instrução em leitura etc. Dados os cursos de instrução formais e sistemáticos, existe uma variedade infinita de ritmos e combinações que podem ser mais adequados para cada criança em particular (ROTHBARD, 2013, p. 16.).

Ao tornar a educação domiciliar um processo legal, torna-se mais fácil e pontual a implementação de novos currículos e concepções pedagógicas e as escolhas desses currículos irão refletir as reais necessidades e realidades da sociedade, pois somente algo que é de livre escolha pode-se obter um real valor.

Ainda que o currículo governamental seja de fato bom e eficiente, nunca compreenderíamos com toda certeza, pois ele é utilizado por sua obrigatoriedade e não por sua eficiência. Porém, em um cenário onde as escolhas do que se quer

aprender seja livre, é possível de fato, estabelecer um juízo de valor, pois as pessoas estariam escolhendo o que seriam melhor para elas, e não o que lhes foi imposto.

> Uma das melhores maneiras de encarar o problema da educação obrigatória é pensar numa analogia quase exata na área de outro grande meio educacional – os jornais. O que pensaríamos sobre uma proposta do governo, federal ou estadual, de usar o dinheiro dos pagadores de impostos para criar uma rede nacional de jornais públicos e obrigar todo o povo, ou todas as crianças, a lê-los? O que pensaríamos se, além disto, o governo proibisse todos os jornais que não se encaixassem aos "padrões" do que uma comissão do governo acha que as crianças devem ler? Essa proposta seria geralmente considerada um horror nos Estados Unidos e, no entanto, este é exatamente o tipo de regime que o governo criou no âmbito da instrução escolar. Jornais públicos obrigatórios seriam considerados uma invasão à liberdade básica da imprensa; no entanto, a liberdade escolar não é ao menos tão importante quanto a liberdade de imprensa? Não são dois meios vitais para a educação e informação pública, para a consulta livre e a busca pela verdade? É claro que a supressão da livre instrução deve ser encarada com horror ainda maior do que a supressão da liberdade de imprensa, já que aqui estão envolvidas as mentes não formadas das crianças (ROTHBARD, 2013, p. 26.).

Impedir ou impossibilitar de seguir novas formas de concepção de ensino, nada mais é do que uma censura só que no âmbito educacional, o que torna tudo ainda pior, pois nos permite lembrar das origens de educação compulsória. A realidade é que o foco não deveria ser em um modelo de ensino, mas sim na garantia de que todos tenham direito de aprender, e a cada um deve ter a autonomia e liberdade de escolher o que melhor modo e método lhe apraz.

4. Considerações Finais

A educação domiciliar ainda é um processo em desenvolvimento no Brasil. Através de nossos estudos, podemos inferir que algumas críticas e apontamentos direcionados ao homeschooling em relação a desempenho acadêmico, desenvolvimento e interação social não se provaram verdadeiros. É válido ressaltar, de acordo com os dados de algumas pesquisas, que os estudantes do homeschooling, obtiveram um desempenho satisfatório tanto no aspecto acadêmico quanto no âmbito social.

Cadernos Camilliani

Observamos que a educação domiciliar é uma forma de preservar o direito de liberdade e autonomia dos indivíduos. Destacamos que a educação domiciliar é uma forma válida de garantir o direito a educação, pois se demonstra eficaz como uma proposta de ensino em outros países, razão pela qual e de igual modo, poderia ser implementada também no Brasil.

Fica evidente que a legalização da educação domiciliar, possibilitaria novas observações e considerações. É possível inferir que com a legalização seria possível uma regulamentação sobre a qualidade e a segurança dessa prática, garantidas as condições necessárias para a sua avaliação

Por fim, o estudo aqui apresentado é introdutório, considerando que a temática do homeshcooling é ampla e carece de novas análise e maior aprofundamento teórico.

5. Referências

AGUIAR, Márcia Angela da S.; DOURADO, Luiz Fernandes. A BNCC na contramão do PNE 2014-2024: avaliação e perspectivas. Recife: ANPAE, 2018.

ALEXANDRE, Manoel Morais de Oliveira Neto. Quem tem medo do homeschooling?: fenômeno no Brasil e no mundo. Brasília: Câmara dos Deputados, 2016. 22 p. Disponível em: <http://bd.camara.leg.br/bd/handle/bdcamara/30982> Acesso em: 30 ago. 2019.

ALVES, Márcio Fagundes. A reconstrução da identidade nacional na era Vargas: práticas e rituais cívicos e nacionalistas impressos na cultura do grupo escolar José Rangel Juiz de Fora/Minas Gerais (1930-1945). 2010. 139 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2010.

ANDRADE, Édson Prado de. A educação familiar desescolarizada como um direito da criança e do adolescente: relevância, limites e possibilidades na ampliação do direito à educação. 2014. 403 f. Tese (Pós-Graduação em Educação) – Universidade de São Paulo, São Paulo, 2014.

ANED, Histórico da ED nos três poderes. Disponível em: <https://www.aned.org.br/conheca/historico-da-ed-nos-tres-poderes>. Acesso: 23 mar. 2020.

BONARDI, Letícia Salgado. Desescolarização: utopia ou construção de um novo paradigma? Departamento de ciências sociais. 2018. 50 f. Monografia (Curso de Especialização em Cultura do Consumo) - PUC-Rio. Rio de janeiro, 2018.

ILLICH, Ivan. Sociedade sem escolas. 7. ed. Petrópolis: Vozes, 1985.

Lyman, Isabel. O Homeschooling nos EUA (e no Brasil). Mises Brasil, 2003. . Disponível em:< https://www.mises.org.br/article/153/o-homeschooling-nos-eua-e-no-brasil> Acesso: 21 nov. 2020

OLIVEIRA, Maxwell Ferreira de. Metodologia científica: um manual para a realização de pesquisas em Administração. Catalão, 2011.

PELT, ALLISON, ALLISON. “Fifteen years later: home-educated canadian adults”. Canadian Centre for Home Education, 2009.

RAY, Brian D, Homeschooling grows up. Homeschool Legal Defense Association, 2003. Disponível em:<https://saintkosmas.org/hslda-homeschooling-grows-up>. Acesso: 25 mar. 2020.

ROTHBARD, Murray N. Rothbard. Educação: livre e obrigatória. São Paulo: Instituto Ludwig Von Mises Brasil, 2013. Disponível em: <https://www.mises.org.br/Ebook.aspx?id=81> Acesso em: 23 ago. 2019.

SILVA, Camila de Oliveira da.; BATISTA, Daniel Ribeiro.; ANDRADE; Isadora Antunes de.; LIMA; Gustavo Antônio Noronha de.; PEREIRA, Leandro Alves. Funcionamento da educação domiciliar (homeschooling): análise de sua situação do Brasil. Revista Eletrônica do Curso de Pedagogia da PUC Minas, Minas Gerais, v. 7, n. 1, p. 96-119, 2015.

SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL. Supremo tribunal federal, 2019. Pesquisa Avançada. Disponível em: <http://www.stf.jus.br/portal/jurisprudenciaRepercussao/verAndamentoProcesso.asp?incidente=4774632&numeroProcesso=888815&classeProcesso=RE&numeroTema=822>. Acesso em: 17 nov. 2020.

WORD BANK. The world bank, 2020. Página inicial. Disponível em: <https://www.worldbank.org/pt/country/brazil>. Acesso em: 20 de jun. de 2020.

Cadernos Camilliani